

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, março de 2021, número 159. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

**AS JORNADAS UNIVERSITÁRIAS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL EM 2020:
PARADIGMAS, RESISTÊNCIAS E ESPACIALIDADES**

ARTIGO DO MÊS

**A TRANSFORMAÇÃO DOS MEIOS DE EXISTÊNCIA EM CAPITAL – EXPROPRIAÇÕES,
MERCADO E PROPRIEDADE**

Acesse aqui: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

EVENTOS

XXV Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA 2021

UEPA/Belém – Pará, 07 a 14 de abril de 2021.

XX Encontro Nacional Geógrafas e Geógrafos – ENG 2021

USP/São Paulo – São Paulo, julho de 2021 (data a definir).

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



**Experiências
históricas de
Reforma Agrária no
mundo.**

Org.: João Pedro Stédile.

Este livro, primeiro volume de uma coleção sobre a reforma agrária no mundo, apresenta o debate em torno das diferentes experiências de reforma agrária nos diferentes países, uma vez que o conhecimento destas experiências é uma grande lacuna imposta a nós pela hegemonia dos interesses do capital e do latifúndio como um todo.



**Webinar Rede
DATA LUTA**
Realização:
Rede

DATA LUTA.

Canal de webinars da Rede DATA LUTA, a rede de grupos de pesquisas em Geografia Agrária mais ampla do Brasil. Confirmam os vídeos que já estão disponíveis, resultados de seminários virtuais com os mais variados temas!

Para ver:

<https://www.youtube.com/c/REDEDATA LUTA/videos>.



**PodCast Unesp –
Pod Territorial.**
Autores: Vários

O PodCast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para <http://podcast.unesp.br/>

ouvir/baixar:

EQUIPE:

coordenacaoboletimdataluta@gmail.com

Danilo Valentin Pereira, Eduardo P. Girardi, Lara Dalperio Buscioli,
Aline Albuquerque Jorge, Angela dos Santos Machado,
Lucas de Brito Wanderley e Willians Ventura Ferreira de Souza

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em

<https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/rede-dataluta/>

AS JORNADAS UNIVERSITÁRIAS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL EM 2020: PARADIGMAS, RESISTÊNCIAS E ESPACIALIDADES

Isabelle Medeiros de Freitas
Licenciatura em Geografia
Universidade Federal de Alfenas
isabellemedeiros@gmail.com

Gabriela Abrahão Masson
Assistente Social
Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais (IELACHS) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Departamento de Serviço Social - Coordenadora do Fortalecendo a Agricultura Camponesa em Uberaba (FACU) e vice-líder do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA)
gabriela.masson@uftm.edu.br

Raquel Buitrón Vuelta
Doutoranda em Administração e Políticas Públicas
IIFAP, UNC – Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Doutorado Sanduíche na Universidade de Oregon, USA
rvuelta@uoregon.edu

Lara Dalperio Buscioli
Doutoranda em Geografia
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp.
lara.dalperio@gmail.com

INTRODUÇÃO

As Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURAs) foram criadas em 2013 durante a realização do 2º Encontro Nacional dos(as) Professores(as) Universitários(as), em articulação com o Movimento Sem Terra (MST), na Escola Nacional Florestan Fernandes/SP. Desde então, ocorrem anualmente em diversos institutos e universidades brasileiras e possui como objetivo central o debate da Reforma Agrária como forma de democratização da estrutura agrária, social, econômica, política e educacional brasileira. A defesa da educação pública de qualidade, dos movimentos populares do campo e a descriminalização das lutas sociais também são horizontes metodológicos na realização das JURAs, que se transformaram em um instrumento de ampliação de tais discussões, até então distantes do MST.

A relação entre a Reforma Agrária e a Educação permite identificar e refletir estruturalmente as desigualdades sociais que são latentes desde o período da formação do território brasileiro, e que se refletem na atualidade na injusta e equivocada distribuição de terras, bem como na desvalorização da Educação do Campo.

Assim, inseridas na educação superior as JURAs são espaços de resistência, construção e difusão do conhecimento popular e científico, em territórios que historicamente se constituíram a partir de relações elitizadas. A partir de premissas Freirianas todo ato educativo é um ato político, e neste sentido as JURAs possibilitam reflexões concretas da realidade, permeada pela organização e luta dos movimentos populares pela reforma agrária no Brasil.

Ao analisarmos os elementos das JURAs associados a ciência geográfica, é possível a identificação das totalidades, representadas por elementos materiais (disputa pela terra) e imateriais (disputa ideológica), constituindo em uma reconfiguração que elucidam temáticas variantes, como as

tipologias identificadas durante as realizações: conflito pela terra, violência no campo, agroecologia, cultura, educação, soberania alimentar, movimentos sociais, políticas e desenvolvimento, gênero e diversidade, entre outros.

No ano de 2014, mais de 40 Universidades e Institutos Federais fizeram suas JURAs. Em 2015, foram mais de 50, em 2016 foram em torno de 60, em 2017 mais de 60 IES (Instituições de Ensino Superior) refletindo acerca da Questão Agrária, Reforma Agrária e da Luta pela Terra pelos movimentos populares do Campo. Em 2020 a pandemia da COVID-19 impôs diversos desafios cotidianos diante a complexa crise econômica, política e ética. As condições para realização das JURAs se concretizaram no ensino remoto, via tecnologias da informação (TICS).

Ainda assim, as JURAs foram realizadas em 36 Instituições de Ensino Superior (IES), totalizaram 139 dias de realização com ampla diversidade de temáticas discutidas, com destaque a problemática da produção de alimentos. Apesar dos limites impostos pelo ensino remoto, foi possível apreender afirmar a direção coletiva como horizonte na construção das JURAs composta por redes de grupos, núcleos, coletivos de estudos, pesquisa e extensão nas IES brasileiras.

Nesse contexto, esta reflexão visa apresentar os debates das Jornadas Universitárias de Reforma Agrária (JURAs) no contexto do debate paradigmático dentro da Geografia Agrária, bem como a sua espacialização no território nacional em 2020.

Para atingirmos tais objetivos partimos de dois procedimentos metodológicos: 1) levantamento bibliográfico dos principais temas do trabalho na perspectiva da produção de informação qualitativa e 2) sistematização do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra categoria JURA, que consiste em um acervo que reúne diversos arquivos tais como notícias de jornais, sites e folders dos eventos, que por sua vez são tabulados via planilha do Excel contendo informações do local de realização (estados, municípios e universidade), data de realização, movimentos socioespaciais/socioterritoriais e instituições organizadoras etc.

AS JURAS NA ANÁLISE PARADIGMÁTICA E CONJUNTURAL EM 2020

Uma forma de análise das JURA's pode ser realizada a partir da leitura das disputas paradigmáticas da geografia agrária. Existem dois modelos em disputa para o desenvolvimento do campo: o do agronegócio e o da agricultura camponesa, vinculados à luta de classes que existe na sociedade. Segundo Fernandes (2013; 2014), estes dois modelos refletem uma disputa de paradigmas dentro da ciência geográfica: o Paradigma da *Questão Agrária* (PQA), vinculado aos camponeses(as), agricultura familiar, pequenos(as) produtores(as), movimentos socioterritoriais e sindicatos rurais, povos tradicionais; e o Paradigma do *Capitalismo Agrário* (PCA), vinculado ao agronegócio e à agricultura industrial.

Na figura 1, podemos observar quais são as características de cada paradigma:

Figura 1 – Elementos das tendências paradigmáticas



Fonte: Fernandes, 2014, p. 38¹

Para poder analisar as Jornadas Universitárias em defesa da Reforma Agrária a partir da leitura paradigmática, é importante entender o papel dos (as) docentes, estudantes e grupos de pesquisa que promovem este debate nas IES. Conforme Vinha e Fernandes (2019), na construção do pensamento geográfico, existem “territórios paradigmáticos” dos coletivos e grupos de pesquisa, a partir das suas referências teóricas, métodos e conceitos. Um grupo de pesquisa é um território material que produz território imaterial pelo seu estilo de pensamento. Assim, o ponto inicial do debate paradigmático é a intencionalidade manifestada pela ação cognitiva, a qual produz territórios imateriais. E a ação prática produz territórios materiais. O debate sobre os conceitos traz à tona a intencionalidade dos atores sociais e reflete seus posicionamentos políticos. Não existe a neutralidade de um docente, estudante ou grupo de pesquisa; e não se posicionar é uma postura política.

Assim, as ideias e a construção do conhecimento destes acadêmicos vão formando territórios (FERNANDES, 2014). Nesse sentido, o território pode ser um espaço físico em distintas escalas, como um país, estado ou um bairro, por exemplo. Este é o seu significado absoluto, com materialidade e localização. Mas o território também pode ser um espaço com diferentes dimensões sociais, culturais, políticas, por exemplo. Fazem parte e são dimensões do relacional e do abstrato.

Isto é, os paradigmas refletem os interesses, pensamentos e ideologias dos integrantes das IES. Nos “territórios paradigmáticos”² há disputas, conflitualidades e diferencialidades nos coletivos de pensamento. Não somente nos trabalhos escritos (onde é mais visível o posicionamento do autor ou do

¹ Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/560/524>.

² Projetos de pesquisa do NERA em 2014: “Territórios paradigmáticos da geografia agrária: unidade, diversidade e diferencialidade” e “Mapa do Pensamento da geografia agrária” (www.fct.unesp.br/nera). Fernandes (2014).

grupo de pesquisa), mas sim em ações, práticas e eventos que esses grupos promovem dentro da Academia. Quando um docente ou grupo acadêmico prioriza os debates sobre o modo de produção capitalista, está se posicionando no paradigma do capitalismo agrário. No PCA a conflitualidade não tem uma centralidade. A questão agrária não é debatida, e quando se debate sobre agricultura familiar/camponesa, é para defender como se inserem no sistema capitalista de um determinado modelo de desenvolvimento para o campo (VINHA, 2012; VINHA; FERNANDES, 2019).

Já quando as/os professoras/es de uma instituição de ensino propõem a construção de um espaço acadêmico onde seja possível realizar discussões políticas sobre reforma agrária popular dentro da Universidade, que envolva a Academia e os movimentos socioterritoriais do campo, quando trazem para dentro das IES o debate, e levam para as comunidades rurais o que está sendo realizado na Academia por meio das visitas de campo nos acampamentos, assentamentos e outras comunidades rurais, estão tomando posição dentro do PQA.

A realização de um evento acadêmico para defender a Reforma Agrária no interior das IES é a materialização no território de uma forma de pensamento, que pode ocorrer tanto no âmbito presencial como virtual, como ocorreu com as JURAs no ano de 2020. Isto é, existe um território virtual que reflete a disputa das ideias e dos pensamentos. Uma webinar sobre a importância da soja e carne como commodities para exportação, reflete o paradigma do PCA. Uma outra webinar que incorpora os movimentos socioterritoriais no debate e traz a importância da Soberania Alimentar, por exemplo, irá refletir o paradigma do PQA.

Isto é, as webinars organizadas e realizadas nas JURAs no ano de 2020 refletem uma leitura paradigmática da questão agrária no Brasil. Pelas temáticas abordadas, grupos e núcleos de pesquisa e extensão envolvidos e protagonismo dos movimentos socioterritoriais camponeses(as) nos eventos, as JURAs criaram espaços de **construção coletiva de conhecimento** sobre a questão agrária e reforma agrária brasileira.

Por conseguinte, nas JURAs existe o reconhecimento dos *movimentos socioterritoriais* do campo como *sujeitos coletivos de saber e conhecimento*. A função social das Jornadas é trazer este conhecimento coletivo para o interior das IES, por meio da participação dos movimentos nos debates acadêmicos. Pois, não é só somente o espaço acadêmico que produz conhecimento, como também os territórios camponeses(as) com experiências e vivências de organização, luta pela terra e produção de alimentos saudáveis e acessíveis a população.

As temáticas debatidas nas JURAs fazem parte do paradigma da Questão Agrária, ao promover o debate sobre a problemática da luta de classes no campo, a desigualdade social, a concentração e estrangeirização de terras, monocultivos e agrotóxicos, com elevados índices de concentração de terra, domínio do capital sobre o orçamento público e territórios rurais onde existe a exploração do trabalho, acaparamento das terras, extrativismo e estrangeirização da terra, dentre outras características. E as soluções a estas problemáticas por meio da Agroecologia, Soberania Alimentar, distribuição de terras, preservação do meio ambiente, protagonizados pelos povos do campo, indígenas e quilombolas, assentados(as) e acampados(as) da reforma agrária, movimentos socioterritoriais camponeses(as).

Isto é, a realização das JURAs no ano de 2020 constituíram-se como um espaço de resistência na luta de classes, deram visibilidade à importância de um modelo de agricultura protagonizada pelos movimentos socioterritoriais, povos do campo e da floresta, evidenciando uma produção agrícola, social e cultural que respeite a natureza, com base na Soberania Alimentar, Agroecologia, respeito às relações de trabalho, com justiça social e para a alimentação do povo brasileiro.

A discussão e visibilização destas temáticas é resultado de esforços coletivos e de posicionamentos políticos e ideológicos a partir dos paradigmas, resultado deste processo potentes diversas JURAS sofreram ataques nos espaços virtuais em 2020, como nas Jornadas de Alagoas e Bahia. Em anos anteriores também houve a tentativa de impedir a realização das Jornadas, como ocorreu na ESALQ/USP no ano de 2018, e também de criminalizar como ocorrido na Universidade Federal do Triângulo Mineiro em 2017, quando a JURA e docentes envolvidas na realização foram denunciadas no Ministério Público, como incitadoras de “balbúrdia”. Estes ataques são resultado da disputa paradigmática dentro das IES, em distintos espaços e territórios, oriundos do pensamento do paradigma do PCA, que não aceitam o campesinato e os movimentos socioterritoriais como protagonistas de um modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro.

Os ataques a eventos e espaços acadêmicos que defendem a Reforma Agrária e a luta pela terra são reflexo da disputa paradigmática que existe na sociedade. Tal realidade se reproduz através da mídia que revela a criminalização dos movimentos socioterritoriais, CPI da Terra, liberação de agrotóxicos, continuidade da concentração de terra, paralisação da reforma agrária, redução do orçamento para as políticas públicas para a agricultura familiar, criminalização pelo judiciário, dentre outros. Contra estes ataques, a publicização da problemática da questão agrária no Brasil tem sido fundamental para mostrar os impactos do capitalismo agrário e seus mecanismos ideológicos, políticos, jurídicos e culturais nos diversos espaços e territórios, ainda que diante a um contexto pandêmico.

Neste contexto um dos elementos importantes na compreensão das formas de resistência dentro dos processos apresentados de caracterização e criminalização das atividades das JURAs como parte das atividades dos movimentos socioterritoriais, é o seu fortalecimento através das atividades realizadas em redes nas IES, para além das realizadas de forma individual.

Primeiramente apontamos que foram registrados 34 JURAs em todo o país, realizadas por 36 IES, ou seja universidades e institutos federais e universidades estaduais das quais podemos citar: Instituto Federal do Pará Instituto Federal do Sul de Minas, Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual de Santa Catarina, Universidade Estadual do Pará, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Universidade Federal de Tocantins, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal da Bahia.

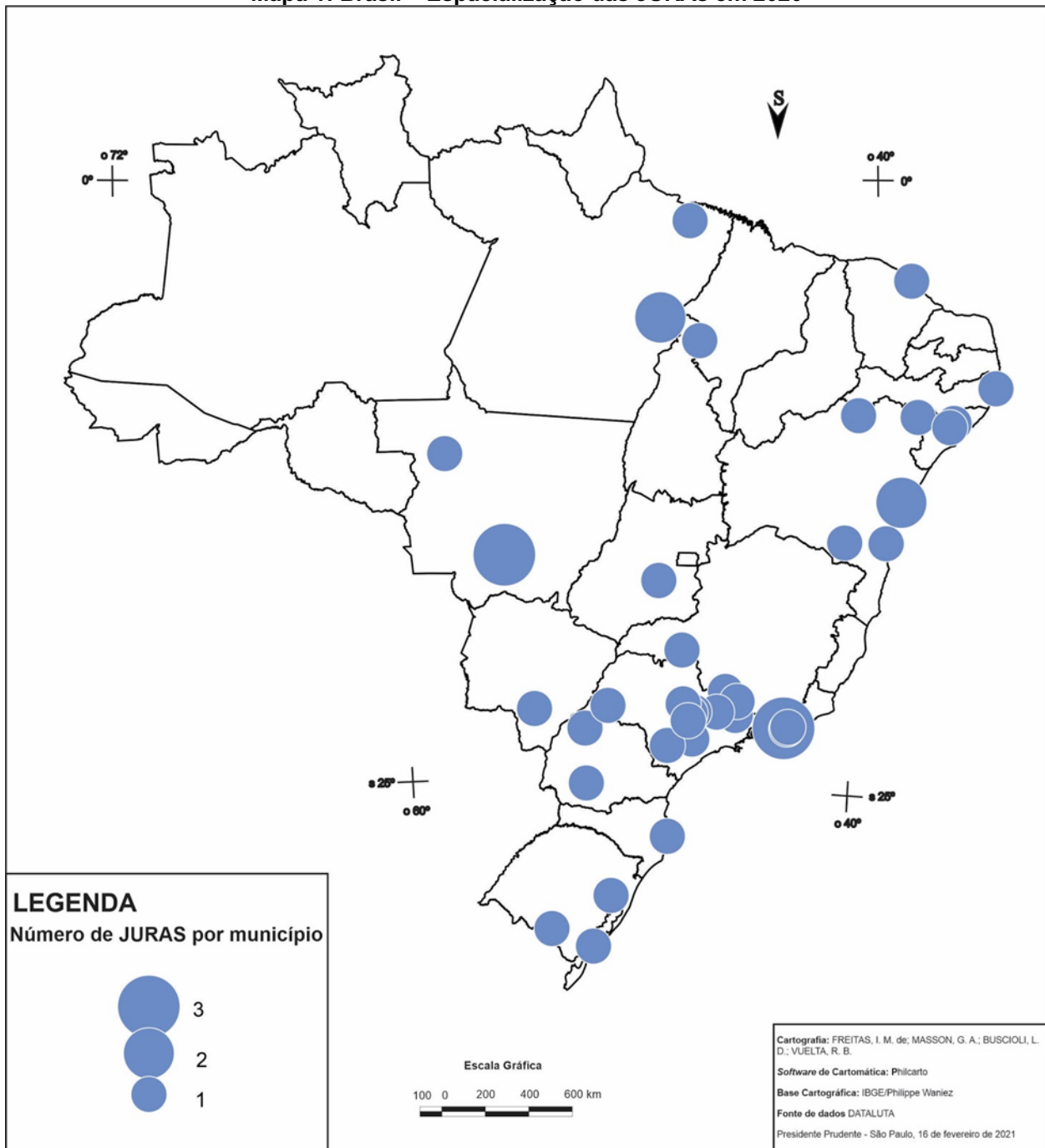
Muitas realizações contaram com o trabalho interdisciplinar e articulação em rede de diversos sujeitos coletivos das IES e movimentos socioterritoriais. Cabe destacar a realização da JURA no Ceará em que docentes e estudantes da Universidade Estadual do Ceará, entidades religiosas, movimentos socioterritoriais, artistas e militantes criaram um Canal no *Youtube*, “JURA CEARÁ”, bem como no *Instagram*. Nesta edição a “JURA CEARÁ” mobilizou pelas suas redes sociais diversas discussões sobre a questão agrária e reforma agrária, através do chamado “Diário da Jornada Universitária em Defesa da

Reforma Agrária”, que também contou com muita arte e poesia lembrando grandes lideranças na luta por justiça social no Brasil e no mundo,

Em Minas Gerais as JURAs foram organizadas interdisciplinarmente, articuladas e integradas por docentes, estudantes, grupos, núcleos de pesquisa e extensão da Universidade Federal de Alfenas, do Instituto Federal do Sul de Minas Campus Machado, da Universidade Federal de Itajubá, da Universidade Federal de Lavras, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. A arte de divulgação em cada instituição contou com uma identidade comum para todas as JURAs e o MST foi protagonista nesta realização com a publicização da realidade vivenciada por famílias despejadas do Quilombo Campo Grande, localizado em Campo do Meio, no Sul do estado. As JURAs de Minas Gerais revelaram através da articulação com a realidade de Quilombo Campo Grande contradições nacionais calcadas no antagonismo entre um projeto de reforma agrária popular, da agricultura familiar e camponesa, contraposto ao latifúndio e o agronegócio.

Diante deste contexto, compreendemos que as atuações das JURAs em rede estaduais e em conjunto com outras universidades e movimentos socioterritoriais impactam diretamente na espacialidade da realização dos eventos conforme podemos observar no mapa 1, que representa justamente essa espacialização para o ano de 2020.

Mapa 1: Brasil – Espacialização das JURAs em 2020



Conforme elucidado no mapa 1, temos o destaque para a espacialização da macrorregião Sudeste que concentra aproximadamente 41% dos eventos que representa 14 eventos, realizados nos estados de Minas Gerais (5), Rio de Janeiro (5) e São Paulo (4) (DATALUTA, 2020). Compreendemos que a caracterização destes dados ocorre devido à grande articulação das ações das universidades com os movimentos socioterritoriais.

Em seguida temos a macrorregião Nordeste com a realização de 23%, representando oito JURAS realizadas, nos estados do Alagoas (1), Bahia (3), Ceará (1), Maranhão (1) e Pernambuco (2) (DATALUTA, 2020). Em que destacamos as JURAS do Ceará realizadas a partir de atividades semanais, configurando a JURA que obteve os maiores índices de dias de realização.

Posteriormente temos a macrorregião Centro-Oeste com aproximadamente 15% (cinco eventos), com destaque para o estado de Mato Grosso com três JURAS, seguidas de Goiás e Mato Grosso do Sul respectivamente com uma ação. Seguida da macrorregião brasileira Sul com 12% com a realização em todos os estados Rio Grande do Sul (2), Paraná (1) e Santa Catarina (1), bem como da macrorregião Norte com 9% com a realização das JURAS no estado do Pará com duas e Tocantins com uma (DATALUTA, 2020).

Com tais dados e espacialização, fica evidenciado, que ainda precisamos avançar na espacialização da JURAS na região Norte do país, fatos que estão diretamente relacionados aos números das Universidades pertencentes a tal região, que tem como elemento territorial as longas distâncias, o que dificulta um processo de realização da JURAS sem rede aliados também as ações dos movimentos socioterritoriais brasileiros.

Conforme analisado no mapa 1, observamos a intensidade da espacialização da JURAS nos municípios de Cuiabá em Mato Grosso e Rio de Janeiro no estado do Rio de Janeiro, realizando respectivamente 3 eventos em seus municípios. O mesmo para os estados do Pará com o município de Marabá e da Bahia no município de Salvador que tiveram a realização de duas JURAS em cada localidade.

Em relação aos aspectos das transmissões realizadas na JURAS em 2020, tivemos as características da virtualidade, que se estabeleciam a partir de diferentes plataformas virtuais com destaque para Youtube, Facebook, Instagram, Zoom, Meeting ou sites próprios. O que representa um avanço, ao pensarmos nas metodologias possíveis de realização dos eventos, mesmo compreendendo os fatores limitantes desde os aspectos da tecnologia da informação perpassando pelos elementos materiais e imateriais da sociabilidade presencial.

Dentre as universidades citadas, cabe destacar no estado do Mato Grosso do Sul, a Universidade Federal da Grande Dourados foi a única a realizar atividades presenciais da JURA no ano de 2020, devido a sua realização ter sido feita anterior ao Decreto da Pandemia do Coronavírus instaurado no território Brasileiro. Posteriormente a JURA presencial, foram realizadas atividades virtuais configurando um quadro importante de continuidade do evento, ampliando a sua visualização e seus debates em torno da questão agrária e indígena, uma vez que o seu nome foi modificado para JURAI: “Jornada Universitária de Reforma Agrária e Indígena”.

Os fatos que envolvem, essa especificidade temática da JURAI na Universidade Federal de Grande Dourados em relação à causa indígena, refere-se , como pontuou Buscioli (2016), a um estado que é demarcado historicamente pelos conflitos fundiários entre indígenas, fazendeiros, Estado/Governos e capital nacional e estrangeiro, que tem provocado ao longo dos processos elementos de criminalização das ações indígenas, de assassinatos, de torturas e de perseguições a estes povos tradicionais que por sua vez lutam que resistem em seus territórios tradicionais demarcados ou não, e nos espaços institucionais educacionais. Neste último elemento, há uma licenciatura específica voltada para os povos indígenas dentro

da universidade, que amplia os debates e as perspectivas dos povos do campo na conjuntura da Jornada Universitária, qualificando o evento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2020 com certeza ficará na lembrança coletiva como um ano de muitos desafios impostos pela Pandemia de COVID-19, que aprofundou diversas crises já vivenciadas sobretudo a econômica, política e sanitária. No Brasil diversas contradições destas crises foram escancaradas e muitas vidas foram ceifadas, até a finalização desta reflexão 307 mil mortes já são foram registradas. Diante a este contexto adverso também somaram-se a paralização da reforma agrária, a criminalização dos movimentos socioterritoriais, a liberação de agrotóxicos, o aprofundamento da concentração de terra, a redução do orçamento para as políticas públicas para a agricultura familiar, sendo o Estado o principal agente destes retrocessos.

Ainda assim, diversos sujeitos coletivos, das IES, movimentos socioterritoriais, entidades religiosas, militantes, sem-terra, camponeses (as), trabalhadores (as), reuniram forças para a organização de diversas JURAs em diversos estados. Apesar das dificuldades diversas impostas pelo ensino remoto e TICs, as JURAs foram realizadas de Norte a Sul do Brasil. A permanente e resistente defesa da Reforma Agrária no interior das IES é a materialização no território de uma forma de pensamento, que pode ocorrer tanto no âmbito presencial como virtual.

A organização interdisciplinar, articulada por docentes, estudantes, grupos, núcleos de pesquisa e extensão nas IES refletem a maturidade e compromisso de discussão desta temática que rememora as jornadas de lutas de Abril encampada por diversos movimentos socioterritoriais. A realização das JURAs em rede estaduais e em conjunto com outras universidades e movimentos socioterritoriais impactaram diretamente na espacialidade da realização dos eventos.

Ainda há muito que avançar na realização das JURAs em 2021, pois a realidade concreta não teve muitas mudanças, e o Brasil é considerado uma ameaça global. Mas na trincheira da organização e luta pela reforma agrária brasileira, não há dúvidas que as redes regionais, estaduais e interdisciplinares continuarão fomentando esse debate teórico e prático.

REFERÊNCIAS

Banco de Dados de Luta pela Terra – DATALUTA. 2020. **Jornadas Universitárias em defesa da Reforma Agrária**. Disponível em: <www.fct.unesp.br>. Acesso em: 05 jan. 2021.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brilhante (MS): O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Nanderu**. 443 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 173-236.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Territórios paradigmáticos: uma leitura preliminar da produção do conhecimento na geografia agrária brasileira a partir dos Encontros Nacionais e dos Congressos Brasileiros de Geógrafos. **AGB: Revista Terra Livre**. V.2, nº 42, 2014.

MST. Minuta para realização das JURAS. 2020. Acervo DATALUTA, 2020.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; FERNANDES, Bernardo Maçano. Territórios paradigmáticos na construção do pensamento geográfico agrário brasileiro. **Revista Terra Livre**, N. 52 (1): 126-152, 2019.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Leituras dos Territórios Paradigmáticos da Geografia Agrária**: Análise dos Grupos de Pesquisa do Estado de São Paulo. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2012.